



**Ata da reunião Extraordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.
Dia 15 de Junho de 2021, das 14h às 16h.**

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*.

Conselheiros presentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Marcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
2	Claudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
3	Maria Isabel Meunier Ferraz isabelmeunier@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
4	Fernando de Oliveira Pereira fpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)
5	Nilson da Silva Rosa nsrosa@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
6	Décio Perroni Ribeiro Filho dpfilho@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
7	Elizete Aparecida Rossoni Miranda elizete@patriciabezerra.com.br	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
8	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
9	Maria Angélica Comis angelica@edelei.org	Centro de Convivência é de Lei
10	Cecília Motta cecimotta@uol.com.br	Associação de Apoio ao Projeto Quixote
11	Michel Willian de Castro Marques michel.c.marques12@gmail.com	Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas (PBPD)
12	Felipe Aureliano Martins felipemartins_fsp@usp.br	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)
13	Lindilene Toshie Shimabukuro lindilene@gmail.com	Instituto Sedes Sapientiae
14	Carolina Jessica da Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
15	Cristiano Ávila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
16	Andrea Domânico andreadomastico@gmail.com	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da sociedade civil
17	Vera Lucia Bagnollesi vbagnolesi@sp.gov.br	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público

Ausências justificadas:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Rodrigo Ramos Pinto Medeiros rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET)
2	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)

Ausências sem justificativa:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Gabrielle Dias gabrielledias@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria do Governo Municipal (SGM)
2	Paulo Ferreira da Silva paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
3	Vera Lúcia Rodrigues das Neves Hansen vera.hansen@crfsp.org.br	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF/SP)
4	Regiane Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
5	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
6	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)
7	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)

Demais presentes:

- Fernanda Ribeiro Alves Bezerra (SMDHC)
- Max Ruan de Souza Peruzzo (Centro de Convivência É de Lei)
- Jorge Artur Canfield Floriani (ABRAMD / CONED)

Informes:

Décio introduziu a pauta única da reunião: a indicação de organizações sociais para composição do Conselho. Antes disso, a reunião foi aberta para informes. **Jorge Artur** comentou que a vereadora Juliana Cardoso, com coautoria do vereador Carlos Bezerra e da vereadora Luana Alves, deram entrada com o PL253/2021 na câmara dos vereadores, que diz respeito a atenção e cuidado de crianças e adolescente em situação de rua na cidade de São Paulo. Foi feito um vídeo com a Esmeralda Ortiz para divulgação. **Michel** contou que o projeto do É de Lei “Do baque ao crack” tinha feito uma parceria com a coordenação de Saúde Mental da SMS, cujo intuito era conversar com a rede serviços de saúde e OSCs nos territórios para ver como a perspectiva da redução de danos era trabalhada no campo do álcool e drogas e de prevenção a ISTs. Ele contou que seriam realizadas algumas atividades nas cinco regiões da cidade de São Paulo, em CAPS AD e também em serviços especializados em ISTs, e seria apresentado como resultado uma cartilha. **Cláudia** comentou que a SMS, especialmente a coordenação de Saúde Mental, estava contente com a parceria, contando que o projeto começaria na semana seguinte na

região central e, conforme os avanços, traria notícias ao conselho. **Cristiano** sugeriu a todos a leitura de uma matéria no Washington Post que tratava da guerra às drogas. O artigo tinha sido publicado no Wall Street Journal e falava da questão das drogas no Brasil, fazendo referência ao trabalho da iniciativa negra por uma nova política de drogas. **Felipe** disse que trabalhava no CAPS AD Vila Madalena e, citando no projeto “Do Baque ao Crack”, se colocou a disposição para firmar parcerias e realizar ações conjuntas. **Cláudia** comentou que o CAPS onde Felipe trabalha estava incluído no projeto. **Felipe** também apontou a necessidade de distribuição de água no território onde trabalha. **Décio** informou sobre a reunião que havia ocorrido na semana anterior no GT instituído pelo CONED em parceria com o COMUDA, cuja proposta era de um trabalho integrado entre os dois conselhos para firmar um sistema de discussões com caráter de aprofundamento sobre as questões de violência no campo da política de drogas, especialmente para as cenas de uso aberto na região da Cracolândia da Luz. Pelo COMUDA, participaram dessa reunião Décio, Michel e Maria Angélica. Décio contou que a ideia do GT era criar espaços de escuta dos diversos atores dos territórios de cenas de uso aberto e, partir desse diálogo, criar uma proposição e apresentar para o poder público como sugestão de implementação nas políticas públicas na área das drogas. **Vera** lembrou que seriam abordadas várias formas de violências. **Décio** comentou que seriam convidadas pessoas que vivem, viveram, trabalham, pesquisam ou estudam nesse território para compor mesas de discussão. A ideia era que fossem ciclos de discussão mais curtos, de aproximadamente 90 dias, com a possibilidade de iniciar outros, com encontros quinzenais registrados. E o foco era mais na escuta desses grupos e menos no debate, para que essas pessoas pudessem compartilhar suas experiências. **Cristiano** apontou que seria importante colocar ênfase na violência de estado, pois ela era proporcionalmente o principal problema, mesmo não sendo o único. **Michel** concordou com Cristiano, lembrando da reunião ordinária de junho quando foi argumentado que o GT seria importante, mas que o foco deveria ser na violência institucional. **Décio** contou que esse seria o ponto de partida, no sentido de os agentes policiais estarem na governabilidade direta do Estado. Esse seria o foco, embora pudessem surgir outras situações de violência na escuta desses grupos. **Jorge Artur** lembrou de uma fala séria Solange Nappo sobre a violência do Estado que dizia haver outra violência correlativa: “o quanto brasileiro gosta de ver pretos e pobres apanhando na Cracolândia”. Para Jorge Artur, havia uma convivência explícita e seria importante pensar no movimento da sociedade que apoia e até exige essa violência do Estado. **Vera** lembrou que esse assunto não era a pauta da reunião e se disse preocupada com a possibilidade de não ter quórum para a votação da pauta. Ela lembrou que a primeira mesa de discussão seria sobre “violências vividas”, com o coletivo Tem Sentimento, a pastora Nildes e alguns redutores de danos como convidados. **Alcione** perguntou quando que essa mesa ocorreria. **Vera** respondeu que seria dia 29 de junho, mas poderia ser na reunião do CONED dia 24 do mesmo mês. **Décio** comentou que as datas ainda não tinham sido definidas, mas que seriam divulgadas em breve. **Vera** convidou os conselheiros, dizendo para que, para quem quisesse participar, bastava lhe enviar o nome e e-mail que ela incluiria no grupo.

Discussão:

Iniciando o ponto único da pauta, **Décio** lembrou que a nomeação dos conselheiros vigentes ocorreu em julho de 2019 e o mandato dos conselheiros estaria no fim, pois tem duração de dois anos. Ele disse que a partir de julho seriam emitidos os ofícios solicitando que os órgãos indicassem seus conselheiros para o período 2021-2023. Décio lembrou que, pela lei, 7 entidades do COMUDA são convidadas pelo prefeito: há 4 vagas para organizações sociais que atuam na política de drogas e 3 para instituições acadêmico-científicas, sendo que o Conselho não prevê a eleição direta para nenhum cargo. Ele levantou a questão de como proceder em relação ao convite, argumentando que o conselho poderia debater na plenária e sugerir ao prefeito as indicações. Ele lembrou que o prefeito era novo e que pouco sabia sobre a visão dele sobre os conselhos, mas que caberia a sugestão. **Michel** comentou que a questão que tinha ficado em aberto era relativa à vaga de comunidade acadêmica que estava livre. Ele comentou que a PBPD não tinha a intenção de abrir mão da cadeira do COMUDA, que inclusive essa organização gostaria de continuar na composição da política sobre drogas e que, segundo o Artigo 9o da Lei 17.089/2019, o mandato poderia ser reconduzido. Ele apontou que a discussão sobre a saída das organizações da sociedade civil que estavam vigentes na composição do conselho poderia ser feita, mas ele acreditava que a discussão era outra, pois ninguém havia se manifestado no sentido de apresentar outra organização da sociedade civil para ocupar uma vaga no conselho. Ele havia compreendido que, para a reunião atual, tinha ficado como encaminhamento a escolha entre o PROAD, o NEPSIS ou outra entidade que surgisse para ocupar o lugar que estava vago no conselho. **Felipe** disse que concordava com Michel, que a discussão proposta era sobre quem ocuparia o lugar que estava vago no conselho. Ele apontou que, se fosse pautada a substituição de alguma entidade que estivesse ocupando uma cadeira do conselho, o tema deveria ser levantado pela plenária para ser discutido em uma sessão ordinária. **Cecília** também concordava com o Michel, pois tinha entendido que a pauta única da reunião era sobre a ocupação do assento vazio pela NEPSIS ou pela PROAD. Ela sugeriu que em toda mudança de gestão o presidente do COMUDA enviasse um e-mail para as instituições da sociedade civil para saber se há desejo de recondução ou de saída do conselho. **Décio** concordou que havia uma vaga sem representantes de instituição acadêmico-científica e que deveria ser escolhido qual dos pretendentes seria convidado para integrar o conselho pensando na gestão 2021-2023. **Maria Angélica** entendeu como os demais colegas, acrescentando que se fosse pra discutir a entrada e a saída de organizações, isso deveria ser pautado em uma ordinária. Ela também apontou a possibilidade de discutir a mudança da lei do COMUDA para inserção de mais organizações da sociedade civil e também de uma rede de usuários de drogas. **Décio** concordou que a mudança da lei deveria ser perseguida logo, comentando que na lei atual havia de fato uma lacuna no que concerne a representantes de usuários ou trabalhadores que atuassem na política sobre drogas. Ele argumentou que seria importante a ampliação da sociedade civil no conselho e que deveria haver uma maior organização para que esses aspectos da lei pudessem ser reformulados, apontando ainda possibilidade de transformar as indicações em eleições. **Felipe** concordou com os pontos expostos, mas ressaltou que a reunião deveria ser destinada a discussão da escolha da cadeira que estava vaga, uma vez que essa discussão estava sendo arrastada por meses.

Ele ressaltou que os conselheiros não poderiam esquecer das outras prioridades, como as questões nos territórios e a pauta das violências. **Décio** revelou que interpretava a indicação das 7 vagas como prerrogativa do prefeito. Ele disse que a discussão da plenária poderia encaminhar uma sugestão ao prefeito, mas que não haveria segurança na ocupação dessas cadeiras, pois o prefeito poderia indicar outras instituições diferentes das sugeridas. **Michel** contou que não compreendia aonde Décio queria chegar com essa discussão e ainda disse que na última gestão as sugestões foram acatadas pelo prefeito. Ele argumentou que a preocupação principal naquele momento era de enviar ao chefe de gabinete da SMDHC os ofícios pedindo para que as organizações que compunham o COMUDA indicassem seus representantes. Ele ainda apontou que as organizações vigentes gostariam de continuar compondo o conselho e que essa discussão não levaria lugar nenhum, abrindo espaço para que algum conselheiro indicasse alguma outra organização se tivesse em mente. Por fim, ele disse que, caso o prefeito não indicasse as organizações sugeridas, seria um problema para o futuro. **Alcione** lembrou da pauta única de votar qual instituição acadêmica faria parte do conselho. Seria uma escolha entre a PROAD e o NEPSIS, mas ela abriu espaço se houvesse mais alguma instituição que quisesse participar. Ela apontou que a obrigação do COMUDA era até julho enviar o ofício para as instituições para que houvesse a indicação dos respectivos representantes. Se o prefeito fizesse alterações, seria um outro problema. Ela ainda complementou as sugestões de mudanças de lei, com a inclusão de mais instituições, de haver representantes suplentes e também membros beneficiários, mas que seria um outro processo. **Maria Angélica** via a necessidade de que saísse na ata que as organizações que compunham o conselho se manifestassem sobre a vontade de ter seus mandatos reconduzidos. **Décio** respondeu a Michel dizendo que sua proposição era de que plenária tivesse peso nesse processo, mas que a instituição acadêmica poderia ser escolhida sem problema. Ainda reiterou que o conselho deveria ser ampliado e mais democratizado, com maior participação social via eleições. Entretanto, seria um processo que envolvia a lei, e sugeriu que ficasse como meta para a próxima gestão a alteração da lei. **Cecília** comentou que não havia entendido o porquê da discussão, pois o conselho teria a normativa de mandar e-mails para saber se as instituições gostariam de ser reconduzidas ou não, e que só depois disso as sugestões seriam encaminhadas ao prefeito, mas enquanto isso o conselho poderia fazer as sugestões. **Décio** respondeu que não havia garantias pela lei, mas se a plenária indicasse as organizações, seria uma influência para a escolha. **Felipe** estava preocupado com o horário e sugeriu deixar registrado em ata as recomendações para a próxima gestão. **Vera** perguntou se havia quórum mínimo para realizar a votação. **Décio** respondeu que o novo regimento não havia sido publicado pois estava sendo revisto e, no regimento vigente, não estava previsto o quórum mínimo. Assim, introduziu o processo de votação, dizendo que havia uma vaga para instituição acadêmico-científica com dois proponentes. Como Michel e Cecília tinham sugerido as organizações, ele sugeriu que cada um fizesse uma breve apresentação delas. **Cecília** contou que pensou no PROAD pois achava que o município deve a ele essa vaga. O PROAD era da Unifesp e nunca havia participado do COMUDA e foi o 1º centro de referência para álcool e drogas na cidade de São Paulo. Ela argumentou que talvez por questões políticas nunca tinha sido feito um convite ao PROAD, pois eles tem uma concepção voltada à redução de

danos, diferente da concepção de antigas gestões do COMUDA. Ela disse que seria uma forma de reconhecimento do trabalho do PROAD, pensando na importância histórica e no mérito dessa instituição, e também contou que sonhava que o Dartiu Xavier pudesse ser o presidente do COMUDA. **Décio** perguntou se o representante seria o próprio Dartiu e **Cecília** respondeu que achava que seria um outro psiquiatra chamado Tiago Fidalgo. **Vera** apontou que o PROAD tinha também entrado recentemente no CONED. Com isso, **Maria Angélica** apresentou o NEPSIS, um núcleo de estudos sobre substâncias psicoativas do departamento de psicobiologia da Unifesp. Ela contou que o NEPSIS era o antigo CEBRID, pois, quando o CEBRID mudou para o campo da medicina preventiva, o NEPSIS havia continuado na psicobiologia. Eles foram responsáveis pelos levantamentos nacionais em 2001 e 2005 junto a SENAD e estavam realizando um trabalho interessante com pessoas que fazem uso de substâncias em CAPS usando *Mindfulness*. Ela contou que eles têm um foco bastante voltado para pesquisas relacionadas a substâncias lícitas, como tabaco e álcool, e diferentes estratégias de manejo de cuidado. O NEPSIS era liderado pela professora Ana Regina Noto e, como representante do COMUDA, seria indicado o Danilo Locatelli. **Michel** também contou que o NEPSIS trabalhava com algumas linhas de pesquisa na área da educação, alguns modelos de intervenção. Ele ainda comentou sobre a dificuldade de escolha, pois os dois grupos desenvolviam trabalhos muito importantes. Ele ainda comentou das dificuldades de apresentar as duas organizações sem os respectivos membros delas. **Cecília** comentou que era uma escolha difícil e que se o número de assentos da academia fosse ampliado as duas caberiam muito bem. Sobre a PROAD, ela ainda comentou que não fazia mais parte do grupo, mas que foi uma de suas fundadoras 28 anos antes. Ela disse ter muito respeito por todas as lutas da instituição ao longo desse tempo. Com isso, a votação foi aberta.

A sugestão pela indicação do PROAD foi votada por 4 conselheiras:

- Andrea (Representante da sociedade civil do Conselho Estadual de Drogas - CONED)
- Alcione (Fundação Porta Aberta)
- Cecília (Associação de Apoio ao Projeto Quixote)
- Vera (Representante do poder público do Conselho Estadual de Drogas - CONED)

A sugestão pela indicação do NEPSIS foi votada por 8 conselheiros:

- Carolina (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO-3)
- Cristiano (Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP)
- Felipe (Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - ABRAMD)
- Lindlene (Instituto Sedes Sapientiae)
- Márcia (Secretaria Municipal de Educação- SME)
- Maria Angélica (Centro de Convivência é de Lei)
- Michel (Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas - PBPD)
- Nilson (Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU)

Dois conselheiros se abstiveram:

- Décio (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC)
- Maria Isabel (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS)

Após a votação, **Décio** disse que a indicação do NEPSIS seria sugerida ao prefeito para que pudesse compor o COMUDA no mandato 2021-2023. **Maria Angélica** perguntou qual seria o procedimento de contato com o NEPSIS. **Décio** respondeu que, por ser a troca de uma entidade, o processo parte direto do gabinete. **Cecília** perguntou sobre oficializar o contato com o PROAD para dizer que a organização não foi eleita. **Décio** disse que poderia responder o e-mail enviado pelo PROAD, informando sobre as eleições e anexando a ata da reunião. **Michel** sugeriu enviar a indicação o quanto antes para o chefe de gabinete para solicitar a nomeação. **Cecília** comentou que o PROAD tinham como focos a prevenção, a pesquisa e o atendimento, e parabenizou o NEPSIS pelo resultado da votação. **Vera** perguntou os motivos pelos quais as entidades não se apresentaram na reunião. **Décio** respondeu que foi uma forma pensada em reuniões passadas para simplificar o processo. **Maria Angélica** sugeriu a apresentação das entidades nas próximas vezes. **Vera** comentou que seria mais justo esse processo com a apresentação das próprias entidades. **Décio** também comentou que a apresentação poderia ser mais democrática, mas como as entidades são indicadas, acaba sendo um processo mais restrito. **Carolina** comentou que, com o tipo de apresentação feito, o voto acaba sendo desenvolvido a partir da intuição. Ela comentou que os conselheiros tiveram a oportunidade de pesquisar sobre as entidades, mas que nas próximas seria importante fazer de uma forma mais organizada. Com isso, a reunião foi encerrada.